

Projeto: Entre a Casa, as Ruas e as Instituições: crianças e adolescentes em situação de rua e as instituições de acolhimento no estado do Rio de Janeiro

Levantamento da Produção Acadêmica sobre Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (2000-2021)

Coordenação: Irene Rizzini (PUC-RIO/CIESPI - Apoio: FAPERJ/CNE)

Ficha

1) Referência – SOUZA, Samara Rodrigues de. Unidade de acolhimento institucional e monoparentalidade feminina: é possível fazer par? 2020. 141f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

2) Orientador – MOREIRA, Maria Ignez Costa.

3) Resumo – Este trabalho tem como objetivo compreender os atravessamentos da monoparentalidade feminina nas famílias de adolescentes do sexo masculino inseridos em unidades de acolhimento institucional do município de Belo Horizonte/MG. Para tanto, debruçou-se sobre os significados atribuídos pelas famílias monoparentais femininas às trajetórias que percorreram nas tramas das redes das políticas públicas de assistência social. Assim, através da inscrição no campo da abordagem qualitativa, a pesquisa foi realizada assumindo os princípios da epistemologia qualitativa, desenvolvida por González-Rey (2002), que sustenta o caráter construtivo-interpretativo e dialógico no estudo de casos singulares das famílias participantes. A implicação da pesquisadora com o campo se constituiu como elemento fundamental para a construção desta pesquisa. Para tanto, através da utilização do método dialético, buscou-se compreender o campo do acolhimento institucional, tomando como ponto de partida a revisão histórica da construção das políticas de proteção a crianças e adolescentes do Brasil, apontando as particularidades presentes na materialização da política de assistência social e os processos de significação vividos pelas famílias atendidas e pelos operadores das políticas públicas. O serviço de acolhimento institucional caracteriza-se como uma das medidas protetivas preconizadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Brasil, 1990), sendo aplicada somente quando constatada situações de violações de direitos. Além disso, busca-se evitar longos períodos de institucionalização; por isso, essa medida tem como princípios básicos seus caracteres provisório e excepcional. A família é um importante campo de análise na organização das políticas públicas de assistência social, estando em destaque nas diretrizes da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que legitima e valoriza as inúmeras formas de configurações dos grupos familiares, considerando não só a ligação biológica heteronormativa, mas as ligações afetivas e solidárias como mecanismo de união entre as pessoas. A configuração familiar monoparental feminina é encontrada em 53,5 % dos lares brasileiros, segundo os dados censitários do IBGE (2012), e essa realidade também é constatada nas famílias das crianças e adolescentes que recebem a medida protetiva de acolhimento institucional.

Dessa forma, estudar a monoparentalidade feminina nas instituições de acolhimento institucional, mais do que uma generalização estatística, constitui-se como uma generalização analítica, posto que, de acordo com Federici (2017), a desigualdade de gênero é anterior à desigualdade de classe, o que permite visualizar as assimetrias de gênero estabelecidas e naturalizadas no exercício do cuidado no contexto familiar. Assim, mediante a análise dos sentidos conferidos pelas famílias monoparentais femininas à rede de políticas públicas, foi possível a emergência de questões subjetivas, compreendendo também o sofrimento ético-político vivenciado por elas, considerando, assim, que a desigualdade social, categoria fundante do presente estudo, é potencializada quando a ela é somada a desigualdade de gênero. Este trabalho aponta questões que possibilitam uma visão ampliada das famílias monoparentais femininas atendidas pela política de acolhimento institucional, compreendendo as implicações da institucionalização na vida dos familiares atendidos e seu pertencimento na rede de atendimento socioassistencial.

4) Palavras-Chave – família; monoparentalidade feminina; adolescente; acolhimento institucional.

Ficha construída a partir de trechos extraídos do texto original.